



“PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER”: A EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DO FÓRUM DE MULHERES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO SERIDÓ

“TO CHANGE SOCIETY THE WAY WE WANT, BY PARTICIPATING WITHOUT FEAR OF BEING A WOMAN”: THE EXPERIENCE WITH THE SERIDÓ SOLIDARITY ECONOMY WOMEN’S FORUM

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva – UFRN – Natal – Rio Grande do Norte - Brasil

ozeanealbuquerque@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre as ações desenvolvidas pelo Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, situado administrativamente em Caicó/RN, compreendendo-o enquanto importante iniciativa de organização política de mulheres. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que parte da análise da totalidade social, para o entendimento da realidade da região do Seridó Potiguar. Conclui que o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó possui um potencial educativo, que contribui para a organização de mulheres, defesa de direitos e luta por uma sociedade do Bem Viver.

Palavras-chave: Economia Solidária. Mulheres. Participação social.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the actions developed by the Seridó Solidarity Economy Women's Forum, administratively located in Caicó/RN, understanding it as an important women's political organization initiative. This is a bibliographic and documentary study, guided by the critical-dialectic method, as it starts from the analysis of the social totality, to understand the reality of the Seridó Potiguar region. It concludes that the Seridó Solidarity Economy Women's Forum has educational potential, which contributes to women's organization, defense of rights and fight for a Good Living society.

Keywords: Solidarity Economy. Women. Social participation.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista apresenta diversas características, as quais nos permitem inferir que ele é gerador de desigualdades; se sustenta na propriedade privada dos meios de produção; na extração da mais valia; acúmulo de capital e exploração de uma classe (a dominante/proprietária dos meios de produção) sobre outra (a trabalhadora/detentora da força de trabalho).

Além disso, ao capitalismo podemos relacionar elementos que contribuem para a formação de uma ideologia dominante, baseada, sobretudo, nos valores do mercado, ou seja, no individualismo e competição, bem como na “coisificação” do humano e naturalização dos fenômenos, principalmente da desigualdade. Segundo Singer (2007, p.14), “de acordo com essa cultura econômica capitalista, a desigualdade é o resultado natural da justiça.”

A partir disto, situamos aqui a Economia Solidária, como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista, que, conforme Singer (2002), surgiu no início do século XIX, marcada pelo protagonismo da classe trabalhadora, que buscava formas de driblar o desemprego, trazido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial. Se constitui num modo diferente de organização da produção, pautado no trabalho coletivo e associado.

Para Singer (2007, p.15), na Economia Solidária “a igualdade é um valor ético primordial”, mesmo sendo uma prática entre sujeitos diversos. No entanto, no processo produtivo, todos/as possuem igual importância e fazem parte de uma engrenagem maior, que é o coletivo.

Diante dessa compreensão é que apresentamos aqui o presente artigo, com o objetivo de refletir sobre a experiência de organização do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, enfatizando a sua importância para o processo de defesa de direitos e construção da autonomia de mulheres da região do Seridó Potiguar.

Para tanto, serão analisadas as atividades desenvolvidas entre os anos 2015 e 2023, as quais foram coordenadas, de modo compartilhado, por entidades e representações localizadas nos municípios de Caicó/RN e Currais Novos/RN.

Delimitamos, como espaço de abrangência deste estudo, a região do Seridó, que corresponde às microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e parte da microrregião do Vale do Assu e Serra de Santana

Partimos do pressuposto de que a região do Seridó Potiguar possui particularidades geográficas, culturais e sociais. Geograficamente, o Seridó está situado na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte, compondo o semiárido nordestino.

No que se refere aos aspectos sociais e culturais, enfatizamos a religiosidade, muito presente no cotidiano da população, impulsionando formas de ser típicas desta região. Conforme Morais (2020), o povoamento e constituição do que hoje compreendemos como “Seridó”, sofreu (e ainda sofre) grande influência da Igreja Católica.

Segundo a autora supracitada, o próprio significado do termo “Seridó” abarca concepções distintas, havendo divergências se possui origem indígena ou hebraica. Segundo ela, há estudos, como o de Câmara Cascudo, que defendem que o termo possui origem indígena e significa “pouca folhagem”. Há outros estudos, como os realizados pelo historiador João F. Dias Medeiros, que indicam que se trata de um termo hebraico e significa “sobrevivente Dele (Deus)”.

Entendemos que ambos significados se relacionam objetivamente com características da região, seja por enfatizar as questões de ordem geográfica ou cultural/social deste povo.

Além dessas questões, de ordem introdutória, há outras características sociais muito presentes na região e uma delas é a questão do machismo e patriarcado, as quais geram diversas dificuldades de sobrevivência para as mulheres, relacionadas sobretudo à violação de seus direitos.

Constatamos que as mulheres seridoenses, impulsionadas por suas dificuldades de vida, vêm imprimindo tentativas de mudanças em suas realidades. Nessa perspectiva é que situamos o surgimento do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, como uma organização coletiva, pautada nos valores da Economia Solidária, como forma de resistência e enfrentamento a essas adversidades.

Concordando com Gadotti (2009), compreendemos que a Economia Solidária não é apenas uma forma de produzir e comercializar. Enquanto práxis pedagógica, possui um potencial educativo, que contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, que sinaliza para a luta por uma outra sociabilidade, compreendida como uma Sociedade do Bem Viver.

O artigo encontra-se dividido, didaticamente, em introdução, metodologia, resultados e discussões, em que buscou-se refletir historicamente sobre o processo que favoreceu a constituição do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó.

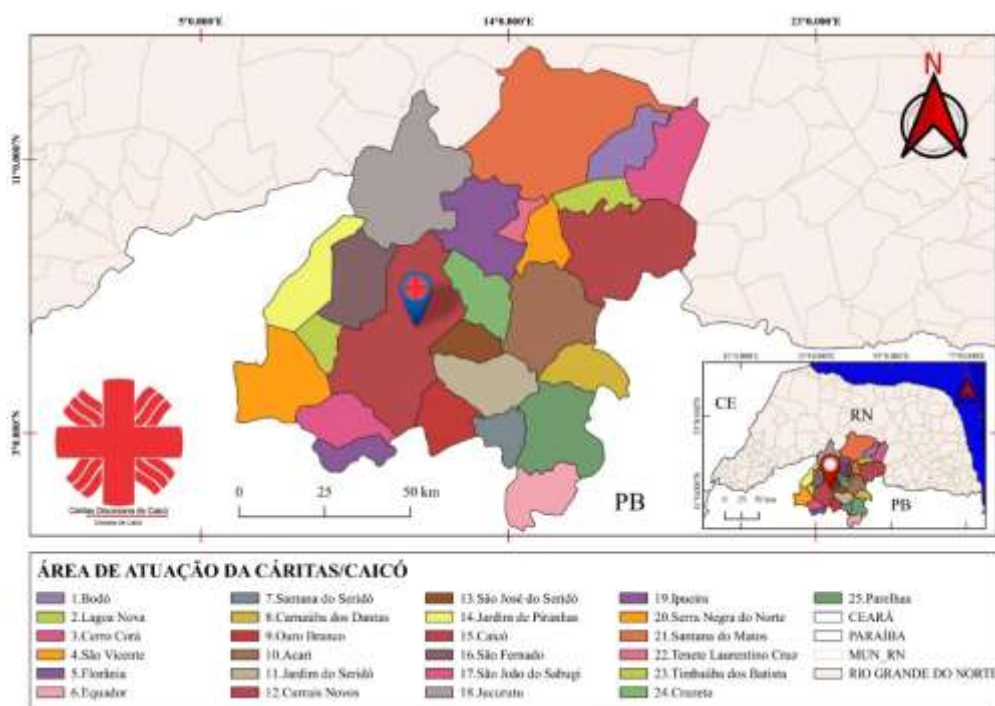
Conclui que o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, ao utilizar-se de uma dimensão educative crítica, contribui para a politização e organização das mulheres do Seridó, com vistas a superação de suas dificuldades de vida e luta por uma sociedade do Bem Viver.

1 METODOLOGIA

O presente estudo possui o objetivo de refletir sobre as ações desenvolvidas pelo Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, compreendendo-o enquanto importante iniciativa de organização de mulheres, surgida no ano 2015, destacando as experiências coletivas de geração de renda; mobilização e capacitação de mulheres.

O espaço geográfico deste estudo corresponde à região do Seridó, composta pelas microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e parte da microrregião do Vale do Açu e da Serra de Santana. É composta por 24 (vinte e quatro) municípios, conforme gráfico abaixo:

Mapa 1: municípios da região do Seridó Potiguar. Acervo acervo Cáritas Diocesana de Caicó



Para atingir ao objetivo mencionado, procedeu-se à pesquisa documental e bibliográfica. Ressaltamos que as informações sobre o desenvolvimento das ações do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó foram/são registradas pela Cáritas Diocesana de Caicó, através de relatórios técnicos e registros fotográficos. Nesse sentido, procedeu-se à análise dos relatórios de 2022 e 2023, os quais expressam resultados e o histórico desta articulação.

Foi adotada uma metodologia de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2014, p.57) “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a

grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”.

Apresenta caráter exploratório que, de acordo com Gil (2005, p.27): “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

No que se refere ao método de investigação e análise, utilizou-se o materialista histórico dialético que, conforme Netto (2011), permite ao/à pesquisador/a ir além do plano imediato e da aparência dos fenômenos, conseguindo analisar a essência do objeto, a partir de sucessivas aproximações.

Desta forma, a partir do método, será possível a análise da realidade local, expressa através de um conjunto de elementos de ordem cultural, político e social, e da totalidade que envolve o fenômeno estudado.

Concordamos com Prates (2012, p. 127), ao considerar que o método materialista histórico dialético contribui para o desvelamento do objeto, no sentido de “dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, processos alienadores, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias.”

Desta forma, justifica-se a escolha do método materialista histórico dialético por considerar que ele pode conduzir à análise do objeto, levando em consideração as particularidades que o envolve, como as questões de ordem cultural, histórica e política local, articulando à totalidade, que diz respeito ao acirramento das desigualdades de raça, classe e gênero, sobretudo no que se refere ao machismo e patriarcado.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Geograficamente, a região do Seridó Potiguar possui diversas particularidades, destacando-se a questão das altas temperaturas; baixo índice pluviométrico e a caatinga, como vegetação predominante. É formada por 24 (vinte e quatro) municípios, abrangendo as microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e parte da microrregião do Vale do Açu e da Serra de Santana.

Azevedo (2007) apresenta uma tese de que existem elementos particulares, presentes no Seridó, que evidenciam a existência de uma cultura e “identidade” próprias da região, expressas através da linguagem, costumes e tradições que são repassadas por gerações.

Nesta mesma perspectiva, Morais (2020, p.18) afirma que:

No Rio Grande do Norte, o termo Seridó é mais que a designação de um dado espaço; tornou-se referencial de uma identidade espacial com forte conteúdo histórico-cultural. Neste sentido, a região se configura a partir da evocação de certa personalidade, tecida no enredo de sua trajetória de formação, estruturação e reestruturação. A designação de seridoenses para os habitantes do lugar se manifesta tanto entre aqueles que assim se reconhecem, como entre os outros que assim os reconhecem.

Conforme pontua a autora supramencionada, esta identidade seridoense é composta por diversos elementos que se fazem presentes durante a história, invadindo o campo social, econômico e político da região.

No tocante aos aspectos econômicos, Morais (2020) expõe os ciclos de desenvolvimento da agricultura e pecuária, situando os momentos de crise, em que a superação se deu/dá a partir de determinadas características particulares deste povo, como, por exemplo a criatividade e capacidade de reinvenção.

Nesse sentido, apesar da decadência dos seus ciclos produtivos, baseados sobretudo na agricultura e pecuária, o Seridó permaneceu/permanece com uma identidade baseada na excelência, a partir da valorização daquilo que é produzido na própria região e, com isso, carrega uma “marca” repleta de significados pautados neste regionalismo.

Além dessas características, destacamos a religiosidade, como um traço marcante e presente na identidade do povo seridoense, nas relações sociais, políticas e culturais cotidianas.

Azevedo (2007) descreve como a religiosidade é utilizada para gerar determinados conformismos, principalmente no campo político. Sobre este aspecto, o autor destaca os processos referentes à questão climática, em que a seca é justificada como algo decorrente da vontade de Deus.

Como a região é caracterizada por ausência de chuvas, que levam a grandes períodos de seca, o autor destaca alguns atos de fé, envolvendo a crença de que determinadas figuras da Igreja Católica podem interceder para a solução deste problema que, além de climático, também é social e político. Desta forma, em sua pesquisa, aparecem os pedidos, realizados por agricultores/as, ao Padre Cícero do Juazeiro e Frei Damião, para que estes tragam chuvas para a região.

Ainda sobre a questão das chuvas, na pesquisa realizada por Azevedo (2007), aparecem as questões, nomeadas pelos/as agricultores/as, como “experiências de inverno”, que são um misto entre religiosidade e saber popular, propagado por gerações.

Algumas “experiências” muito comuns são aquelas relacionadas à ocorrência das chuvas no “dia de São José”. Além disso, há outras crenças que indicam se o “ano vai ser bom de inverno”, como por exemplo, a floração de árvores como o pereiro e a caibreira.

Interessante observar que esta religiosidade do povo seridoense vem sendo utilizada, historicamente, para fins políticos. Neste sentido, o autor já mencionado destaca que alguns/as candidatos/as da região, proeminentes na atuação político-partidária tradicional, durante suas campanhas eleitorais, “se diziam, alguns ainda se dizem, devotos autênticos do Frei Damião – o ‘santo milagroso’ da pobreza nordestina – e, por isso, pediam e pedem votos em nome do mesmo.” (Azevedo, 2007, p. 78).

Além disso, ainda se utilizando da religiosidade, a região passa a ser vista como uma “terra prometida a um povo que luta e que sofre, mas que não se desvanece de lutar e acreditar na mudança – logo, (...) se estabelece e se circunscreve o espaço da provação” (idem, p. 79).

Assim, as dificuldades de vida e sobrevivência são relacionadas a um plano divino e, portanto, não são cabíveis à intervenção humana, o que gera, com isso, um conformismo e uma fragilidade no campo dos movimentos sociais. Registra-se que as secas possuem presença histórica na região e poderiam ter seus efeitos reduzidos a partir de políticas públicas que garantissem a convivência com o semiárido.

Sobre a questão política, um elemento em comum dos municípios da região é a presença das oligarquias, em que determinadas famílias se utilizam do poder, de modo conservador, em detrimento do restante da população. Essas oligarquias são representadas, sobretudo, pela presença constante de latifundiários e comerciantes, representantes das “famílias tradicionais” do Seridó.

Dito isto, enfatizamos a presença de elementos conservadores, morais e religiosos que preconizam a existência de um modelo de família tradicional, considerado “normal”, ou seja, socialmente aceito, como aquele representado pela união entre pessoas heterossexuais, com ênfase na autoridade masculina e subalternização da mulher.

Assim, apesar das conquistas democráticas das mulheres, a nossa sociedade ainda é marcada por uma profunda desigualdade de gênero, uma vez que esta é inerente ao

patriarcado, compreendido aqui como relações “hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (Saffioti, 2018, p. 126).

Nesse sentido, constata-se que a região do Seridó apresenta traços profundos de desigualdade entre os gêneros, expressos nas relações sociais cotidianas, principalmente naquelas baseadas na violência e violações dos direitos das mulheres.

Da mulher seridoense ainda se espera a obediência ao homem (seja ele pai, irmão ou companheiro) e a sujeição a um conjunto de padrões sociais, que vão de encontro ao fato de serem consideradas boas filhas, mães e esposas.

No senso comum paira a imagem da mulher sertaneja como aquela temente a Deus e, portanto, dotada de uma religiosidade; obediência; disposição para o trabalho e detentora de valores familiares capazes de impulsioná-la a sacrifícios para a preservação de sua família, embora isso signifique viver em situação de violência.

A violência contra a mulher é uma grave violação de direitos humanos, reflexo do machismo e patriarcado, presente em espaços e classes sociais distintas. Segundo Cisne (2015, p. 146):

A violência contra a mulher, face mais brutal e explícita do patriarcado, é entendida como toda e qualquer ação que fere a dignidade e a integridade física e/ou psicológica da mulher. Caracterizada por ter como o agente agressor direto o cônjuge ou ex-cônjuge, essa violência é determinada pelas relações desiguais entre homens e mulheres, mas, também, permeada pelas relações de classe e raça/etnia.

Concordando com a autora supracitada, a questão de gênero impõe às mulheres a existência e vulnerabilidade à violência. No entanto, a partir da interface entre gênero, classe e raça, constata-se que são as mulheres mais pobres e negras as que apresentam maiores dificuldades materiais/objetivas para o enfrentamento às situações de violência.

Além disso, frisamos que, mesmo sabendo que a violência é um fenômeno que não apresenta distinção territorial, é na zona rural que as mulheres apresentam maiores dificuldades de enfrentamento a tal situação, por diversos motivos.

Inicialmente podemos salientar os elementos culturais já mencionados, os quais se relacionam ao conservadorismo moral muito arraigado a esse espaço geográfico. Um segundo aspecto se refere ao distanciamento entre as residências, o que gera um certo isolamento das mulheres em seus núcleos familiares. O terceiro aspecto a destacar é a fragilidade e/ou

inexistência de equipamentos públicos na zona rural, que possam ser acionados pelas mulheres vítimas de violência.

No que se refere ao último aspecto levantado, frisamos a inexistência, na região do Seridó Potiguar, de um equipamento público destinado exclusivamente ao enfrentamento da violência contra a mulher, com exceção da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, situada no município de Caicó/RN¹.

Os/as moradores/as das comunidades rurais do Seridó possuem dificuldades de acessar direitos em suas localidades de origem, principalmente aqueles relacionados à Assistência Social que, no geral, são disponibilizados através de equipamentos públicos situados na zona urbana.

Diante de tais dificuldades é que situamos a importância do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, concebido com o objetivo de contribuir para a organização das mulheres da região, por compreender que, a partir da dimensão da organização e participação social, é que se torna possível o enfrentamento às desigualdades de raça, classe e gênero.

Antes de abordarmos sobre o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, consideramos importante discorrer sobre o processo organizativo de trabalhadores/as rurais da região, conforme exposto a seguir.

2.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS DO SERIDÓ POTIGUAR

A organização dos/as trabalhadores/as rurais do Seridó coincide com a história do movimento sindical na região, o qual se deu/dá sobretudo através da valorização da figura do homem agricultor.

Refletir sobre a constituição de movimentos de mulheres no Seridó não é tarefa fácil, principalmente quando utilizamos o recorte da zona rural, marcada pelo profundo machismo e patriarcado que, até pouco tempo, invisibilizavam as pautas e organização das agricultoras.

Nesse sentido, registramos a importância dos programas federais, durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, os quais favoreceram uma melhor organização das mulheres agricultoras no Seridó.

¹ A DEAM em Caicó funciona num espaço público denominado “Central do Cidadão”, o qual não dispõe de condições éticas para preservação do sigilo das vítimas. No momento, seu atendimento encontra-se limitado, uma vez que não há delegada.

Apesar das críticas realizadas aos governos petistas, é inegável que foi um período de criação de diversos programas, importantes para melhorar a condição de vida da população brasileira, do campo e das cidades. Sobre as políticas públicas direcionadas à população rural, destacamos aqui o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003, o qual, de acordo com Rodrigues (2016, p. 28-9) tratava-se de uma:

política de governo que ficou sob o gerenciamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na pasta da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Esse novo modelo de desenvolvimento para o rural, solicitou a participação da sociedade e do poder público de maneira igualitária, buscando possíveis soluções para os problemas cotidianos. Sua escala geográfica de ação não foi o município, por ser considerado uma escala de ação pequena, e nem o Estado, uma vez que essa dimensão generalizava os processos, assim foram criados os Territórios rurais, que continham municípios com identidade semelhante.

De acordo com o autor supramencionado, o Ministério de Desenvolvimento Agrário estipulava os critérios para a criação dos territórios, de modo que no Rio Grande do Norte foram criados cinco territórios: Açu-Mossoró; Território do Mato Grande; Território da Borborema; Território do Seridó e o Território da Chapada do Apodi.

Em 2008, através do decreto publicado em 25 de fevereiro, o governo federal criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com o objetivo de “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.” (Brasil, 2008)

A lógica de atuação territorial do PTC foi a mesma do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, estabelecendo-se ainda alguns critérios, expressos no artigo 3º do decreto supracitado, dentre os quais destacamos:

- I - Estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- II - Menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- III - Maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- IV - Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- V - Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- VI - Baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional.

Seguindo tais critérios, no Rio Grande do Norte foram estabelecidos seis territórios da cidadania, sendo eles: Potengi; Alto Oeste; Seridó; Açu-Mossoró; Mato Grande e o Sertão do Apodi.

Segundo Rodrigues (2016), as principais ações dos Territórios da Cidadania foram: plenárias territoriais; reuniões das câmaras temáticas e participação em eventos, além das ações, programas e projetos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Participavam do Território da Cidadania: Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais; membros do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável; organizações da sociedade civil com ênfase na assistência técnica rural; prefeituras municipais; secretarias de agricultura e educação dos municípios, dentre outros.

Internamente os territórios se organizavam a partir de um colegiado e de câmaras temáticas, as quais possuíam a função de contribuir com o planejamento das ações, se constituindo num espaço de participação e proposição.

Nessa perspectiva, em 2013, o território do Seridó passou a contar com a Câmara Temática de Mulheres, um importante espaço para construção de políticas públicas para mulheres.

Neste mesmo ano, a Cáritas² Diocesana de Caicó já estava desenvolvendo ações diretas com foco na Economia Solidária e, dentre o público beneficiário direto, estavam as mulheres. Nesse sentido, a entidade passou a integrar as ações do Território da Cidadania, através da Câmara Temática de Mulheres.

Daí nasceu a parceria para o desenvolvimento das atividades junto às mulheres da zona rural, em especial agricultoras. A presença da Cáritas Diocesana de Caicó se dava, sobretudo, para potencializar o Território da Cidadania do Seridó, como também as ações com mulheres, através da Câmara Temática de Mulheres. Foi nessa perspectiva que surgiu, em 2015, o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, como fruto do movimento sindical de mulheres deste território. O objetivo inicial deste fórum era de apoiar as iniciativas de geração de renda coletivas, através do estímulo à adoção dos princípios e valores da Economia Solidária, compreendida como uma alternativa de desenvolvimento.

² A Cáritas Diocesana de Caicó foi fundada em 1950, se constitui numa entidade de Assistência Social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável e solidário. (Cáritas Diocesana de Caicó, 2023)

Através das ações educativas desenvolvidas pela Câmara Temática de Mulheres, houve o despertar, mesmo que embrionário, sobre o potencial da Economia Solidária, por entender que a mesma atendia/atende às necessidades de organização coletiva com vistas à superação das dificuldades.

A organização em grupos/empreendimentos foi/é estimulada não apenas como uma forma de geração de renda, por meio do trabalho coletivo. As mulheres, ao se unirem, se fortalecem diante de outras problemáticas, principalmente para o reconhecimento enquanto sujeitas de direitos.

Em 2016 o Brasil assiste ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual é considerado, pela literatura crítica, como um golpe na democracia do país. Para Demier (2017) esse processo foi caracterizado pela construção do que ele denomina como “democracia blindada”, ou seja, há a destruição da democracia, com a finalidade de atender aos interesses do capital, sem, contudo, haver um golpe clássico de Estado. Para o autor:

A democracia liberal brasileira se converte, finalmente, num arranjo político voltado centralmente para a retirada de direitos democráticos. Sem nunca ter gozado de suas virtudes, a democracia brasileira compartilha de todos os males das democracias europeias do tempo presente (...). Antes de efetivar muitos dos direitos previstos em lei, a *democracia blindada* brasileira já dirige todas as suas armas contra eles, clamando pela supressão daquilo que sequer nasceu. (...) Em sintonia com as *democracias blindadas* ocidentais, o Brasil começa a se despir do Estado de Bem Estar Social, com a curiosa particularidade de que ele nunca o vivenciou de verdade. Tudo que *não* era sólido se desmancha no ar. (Demier, 2017, p. 98)

As consequências do golpe impactaram diretamente na vida da classe trabalhadora, uma vez que o Estado, ao intensificar o seu caráter neoliberal, operou medidas que privilegiaram o grande capital e fragilizaram as políticas sociais, através da minimização de suas funções protetivas.

Como resultado, destaca-se o agravamento das expressões da questão social, sinalizadas, sobretudo, no aumento do desemprego, pobreza, fome, miséria, violências, dentre outras. Em contrapartida, têm-se os cortes nos orçamentos, que atingem diretamente o desenvolvimento das políticas públicas e, conseqüentemente, geram uma dificuldade de acesso da população aos seus direitos.

Isso posto, destacamos aqui, como consequência direta da minimização das funções protetivas do Estado, o fim do financiamento público dos Territórios da Cidadania e a extinção do Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, no que tange à realidade da região do Seridó, o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó tem sua importância ampliada, justamente pela impossibilidade de continuidade das ações que estavam sendo desenvolvidas através da Câmara Temática de Mulheres.

2.2 “PRA SE DANÇAR A CIRANDA, JUNTAMOS MÃO COM MÃO”³: O FÓRUM DE MULHERES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO SERIDÓ, ASPECTOS ORGANIZATIVOS E PRINCÍPIOS DE AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA

O Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó se constitui num espaço de politização e organização com vistas ao desenvolvimento da autonomia e prevenção da violência contra a mulher. O seu surgimento também deve ser compreendido como um movimento de resistência à cultura machista e patriarcal, muito arraigada ao Seridó.

Parte da compreensão ampla da Economia Solidária que, conforme Silva (2011, p. 54):

expressa um modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade. Ao democratizar as relações sociais de produção, contribui para a emancipação do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica.

O fórum possui um formato de coordenação compartilhada, em que a Cáritas Diocesana de Caicó vem assumindo, desde o surgimento do fórum em 2015, a coordenação geral, juntamente com mulheres representantes dos sindicatos da região e da FETARN (Federação dos/as Trabalhadores/as Rurais Agricultores/as Familiares do RN), as quais planejam e executam as ações. (Cáritas Diocesana de Caicó, 2022)

Através do desenvolvimento de projetos, a Cáritas Diocesana de Caicó realiza a assistência técnica e capacitações junto aos grupos/empreendimentos que compõem o fórum.

³ Trecho da música: Minha Ciranda. Autoria: Lia de Itamaracá.

Segundo registros da Cáritas Diocesana de Caicó (2023), atualmente o fórum supracitado é constituído por representantes dos 23 sindicatos de trabalhadores/as rurais do Seridó e por 21 grupos/empreendimentos de mulheres, sendo que os que se localizam na zona rural são compostos por agricultoras, sindicalizadas e membros de associações comunitárias rurais. Já os grupos/empreendimentos da zona urbana possuem registro no CADSOL RN (Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Norte) e são formados por mulheres artesãs, residentes em áreas periféricas dos municípios, com baixo acesso às políticas sociais.

Ressaltamos que o Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Norte, foi instituído através do Decreto Nº 31.390, de 12 de abril de 2022. Vinculado administrativamente à Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência (SETHAS) e gerenciado, internamente, pelo Conselho Estadual da Economia Popular Solidária (CEEPS). De acordo com o artigo 8º do decreto citado:

O Cadastro Estadual de Empreendimentos da Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Norte (CADSOL RN) tem por objetivo constituir um banco de dados que promova a identidade dos empreendimentos econômicos solidários do Rio Grande do Norte e o reconhecimento público de seus sujeitos, possibilitando acesso às políticas públicas de economia solidária e outras adequadas às suas realidades.

Dentre as experiências produtivas, predominam aquelas relacionadas à agricultura familiar, seguidas de artesanato e trabalhos manuais. Sobre isso, é interessante pontuar que todos os grupos/empreendimentos organizam a gestão, produção e comercialização a partir dos princípios da Economia Solidária, contando com a assessoria técnica da Cáritas Diocesana de Caicó.

Segundo registros da Cáritas Diocesana de Caicó (2023), a organização dos grupos/empreendimentos, que compõem o fórum, segue a mesma lógica, em que há, pelo menos, a figura de uma coordenadora, uma secretária e uma tesoureira. Este formato de organização vem sendo estimulado pelos seguintes elementos: facilidade da comunicação direta com a coordenação do Fórum; melhor comunicação para organização das atividades e eventos; necessidade de registro das atividades (atas, fotos, listas de presença); controle financeiro, dentre outros.

No entanto, mesmo havendo tal organização interna, os empreendimentos seguem o princípio da autogestão e cooperação, ou seja, há um compartilhamento de responsabilidades, que vão desde a produção à comercialização, perpassando pelo processo decisório e divisão dos ganhos. Nesse sentido, todas as mulheres são imprescindíveis ao processo final e possuem igual importância.

Esse formato de organização é interessante, justamente pela possibilidade de trabalho coletivo entre sujeitos diversos ou, como afirmou Singer (2007), entre indivíduos desiguais. E é nessa diversidade que os sujeitos se complementam. Para o autor:

Todos são importantes. Essa é a base da Economia Solidária. O progresso, o avanço e os logros que a sociedade consegue no campo econômico é sempre o resultado do esforço coletivo, em que mesmo os piores, ou os mais fracos, também contribuem. E sua contribuição é igualmente imprescindível. Portanto, a igualdade é um valor ético primordial. Não importam as diferenças entre as pessoas, todos são igualmente necessárias se você tomá-las como conjunto. Essa é lógica da Economia Solidária, da ajuda mútua, da cooperação, do fazer junto. (Singer, 2007, p. 15)

Outro princípio presente nesses grupos/empreendimentos é o respeito ao meio ambiente. Nessa perspectiva, salienta-se as experiências de transição agroecológica em curso, as quais também vêm sendo assessoradas pela Cáritas Diocesana de Caicó.

Através dessas experiências, sobretudo em grupos/empreendimentos localizados na zona rural, estão sendo implementadas, por meio de projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana de Caicó e pela Cáritas Regional Nordeste 2, algumas tecnologias sociais as quais contribuem para a convivência com o semiárido, assim como valorizam o saber popular, a cultura local e principalmente a figura da mulher em todo o processo.

De acordo com a Cáritas Diocesana de Caicó (2023), as tecnologias implementadas são: canteiro econômico; sistema de reuso de águas cinzas e biodigestor, as quais possuem uma utilização, pelos grupos/empreendimentos, de modo coletivo. Ou seja, nessas tecnologias também são experienciados valores de cooperação e autogestão, havendo a junção entre Agroecologia e Economia Solidária.

Os canteiros econômicos (ver foto 01), por exemplo, foram implementados em dez comunidades rurais, beneficiando dez grupos/empreendimentos que fazem parte do fórum. A forma de implementação é coletiva, havendo um revesamento entre as mulheres para o manejo necessário.

Nesse sentido, traduz-se na prática direta dos princípios da Economia Solidária, em que há a cooperação e autogestão, ou seja, as decisões referentes ao tipo de cultura a ser cultivada; escala de mulheres para o manejo; colheita e comercialização são realizadas de modo compartilhado, assim como há a divisão dos ganhos financeiros resultantes da comercialização. Ressalta-se também a utilização das práticas agroecológicas, principalmente no manejo do solo.

Foto 1: Canteiro econômico do Grupo Mulheres Renovadas, localizado na Comunidade Macambira, município de Bodó/RN



Fonte: Acervo Cáritas Diocesana de Caicó

Além das atividades diretas juntos aos grupos/empreendimentos, outras ações são realizadas pela Cáritas Diocesana de Caicó, através do fórum, como: encontros de formação/capacitação; encontros para intercâmbios de experiências e ações de incidência política, como, por exemplo, a Marcha das Margaridas do Seridó e o Grito das Mulheres pela Democracia.

Nesse sentido, segundo informações obtidas através dos registros da Cáritas Diocesana de Caicó (2022), as ações formativas são realizadas com foco na Economia Solidária e valorização da agricultura familiar de base agroecológica, bem como na incidência política de mulheres.

As principais temáticas abordadas são: gestão de empreendimentos solidários; princípios e valores da Economia Solidária; Agroecologia; segurança alimentar e nutricional; tecnologias sociais; convivência com o semiárido; participação social em espaços de controle social; direitos das mulheres; violência contra a mulher, entre outros. A metodologia adotada

é baseada na educação popular, de modo que as próprias mulheres compartilham saberes, experiências de vida, estratégias de sobrevivência e, com isso, constroem conhecimentos.

Ressaltamos que as ações de incidência política contribuem não apenas para a participação social, como também para uma maior exposição das demandas das mulheres, sinalizando para a necessidade de defesa de direitos.

Atualmente o Fórum de Mulheres de Economia Solidária compõe o Conselho Potiguar de Economia Solidária, juntamente com outros dois empreendimentos que também participam deste importante espaço de construção da política pública.

Ainda no que tange à incidência política, destacamos aqui a realização da Marcha das Margaridas do Seridó (ver foto 02), a qual se constitui numa ação política estratégica, inspirada na marcha que é realizada em Brasília, desde o ano 2000.

Foto 2: 8ª Marcha das Margaridas do Seridó, em Caicó/RN – Acervo Cáritas Diocesana de Caicó



A Marcha das Margaridas do Seridó acontece anualmente, desde 2016, havendo um revezamento entre os municípios que cediam o ato público, de rua, o que é decidido entre a coordenação ampliada do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, representada pelo Polo Sindical⁴, FETARN e Cáritas Diocesana de Caicó.

⁴ O Polo Sindical do Seridó é uma forma de organização dos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais do Seridó, do qual participam todos os municípios da região.

Concordando com a CONTAG (2023), a Marcha das Margaridas se constitui no maior e mais expressivo movimento de mulheres da atualidade, o qual não se resume ao ato de rua, uma vez que possui caráter contínuo.

Foi baseando-se nesse caráter contínuo e estratégico que, conforme informações da Cáritas Diocesana de Caicó (2022), a Marcha do Seridó surgiu e se mantém como a única ação política de mulheres, de caráter permanente, desenvolvida na região do Seridó.

Em 2023 foi realizada, em Caicó/RN, a 8ª Marcha das Margaridas do Seridó, com o lema “Margaridas em marcha, pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”⁵, traduzindo-se numa primeira aproximação conceitual/teórica das participantes do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó com o tema “Bem Viver”, embora este seja um horizonte que guia as práticas cotidianas dessas mulheres.

É importante salientar que o conteúdo político trabalhado no Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó se baseia muito nos materiais disponibilizados pela CONTAG e que compõem a plataforma política, estratégica e permanente da Marcha das Margaridas.

Nessa perspectiva é que, durante o ano de 2023, foram realizadas atividades formativas, entre os grupos/empreendimentos do fórum, visando contribuir para a politização das mulheres sobre o seu papel revolucionário de luta para a reconstrução do país, com base nos princípios do Bem Viver. Segundo a CONTAG (2023, p. 10-11):

O Bem Viver que as Margaridas anunciam se estabelece a partir de relações que respeita as diferenças e admite maneiras distintas de viver; que cultiva o respeito e valorização de todas as formas de vida. E que aponta para uma economia construída a partir de práticas que levam a cultivar relações de reciprocidade, pautada na solidariedade, responsabilidade e integralidade.

Outra ação que merece destaque é o Grito das Mulheres do Seridó pela Democracia (ver foto 03), o qual, segundo a Cáritas Diocesana de Caicó (2023), se inspira no Grito dos/as Excluídos, enquanto movimento de denúncia do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, o qual é responsável direto pela exclusão e intensificação da exploração do/a trabalhador/a, bem como pelo agravamento das expressões da questão social.

⁵ Lema da Marcha das Margaridas que aconteceu em agosto/2023, em Brasília.

Foto 3: II Grito das Mulheres do Seridó Pela Democracia – Acervo Cáritas Diocesana de Caicó.



A primeira edição aconteceu em 2022 e trabalhou o lema: “por mais mulheres na política”. Conforme aponta a Cáritas Diocesana de Caicó (2022), a motivação para a realização da primeira edição deste evento foi gerada a partir da conjuntura política adversa, pela qual passava o Brasil, diante do governo genocida, conservador e ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

Conforme aponta Boschetti e Behring (2021), o conservadorismo de Bolsonaro “flerta” diretamente com o fascismo. Daí justifica-se o apelo à “família tradicional”; a criminalização dos movimentos sociais; o repúdio às pautas direcionadas à defesa dos direitos humanos, principalmente de negros/as, mulheres, povos tradicionais e população LGBTQIA+. Além disso, a sua política ultraneoliberal foi responsável pelo agravamento das expressões da questão social, diante da intensificação do desmonte das políticas sociais.

O risco iminente da reeleição de Bolsonaro indicava o agravamento destas questões, principalmente no que se refere à capacidade de sobrevivência da classe trabalhadora. Nesse sentido, foi que surgiu a motivação para a realização do Grito das Mulheres do Seridó pela Democracia, como uma forma de contribuir com o processo de conscientização sobre a necessidade de posicionamento político em favor da vida da classe trabalhadora e defesa da democracia do nosso país.

Com isso, em setembro/2022, foi realizada a primeira edição do Grito das Mulheres do Seridó pela Democracia, organizada pela Cáritas Diocesana de Caicó, através Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, com apoio da FETARN e do Polo Sindical do Seridó.

Realizou-se através de uma caminhada pelas ruas de Caicó, seguido de uma roda de conversa sobre a participação das mulheres na política.

Conforme registros da Cáritas Diocesana de Caicó (2023), a edição realizada em setembro/2023 trouxe o lema “pela vida das mulheres, contra todas as formas de violência” e objetivou denunciar a problemática da violência contra as mulheres, bem como a fragilidade da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência na região do Seridó. De igual modo, iniciou com uma caminhada e finalizou com uma roda de conversa, com o tema “as desigualdades de gênero e as formas de violência”.

A nossa intenção, ao expor algumas atividades que se realizam dentro do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó é de evidenciar o potencial desta plataforma de mobilização e organização social.

Todas as atividades possuem um eixo comum, a partir da compreensão da dimensão educativa e transformadora da Economia Solidária. Dito em outras palavras e, concordando com Gadotti (2009), considera-se a Economia Solidária uma práxis pedagógica.

Sobre este mesmo aspecto, Paul Singer (2009, p. 13) ressalta que:

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição.

A opção ideológica, do Fórum de Mulheres do Seridó, pela Economia Solidária se justifica por este seu caráter pedagógico, de base dialógica, vinculada à busca pela liberdade e emancipação humana. Nesse sentido, concorda-se com Gadotti (2009) quando o mesmo afirma que a Economia Solidária é muito mais que um formato de organização produtiva, uma vez que a ela são inerentes princípios e valores que conduzem à defesa de uma outra sociedade, não regida pelo capital.

Ainda concordando com o autor supracitado, para a defesa desta outra sociabilidade, os empreendimentos solidários precisam de uma formação política, de caráter emancipador, que contribua para que os sujeitos reconheçam os limites e as barbáries do capitalismo, bem como as possibilidades da Economia Solidária.

E é nesta perspectiva que consideramos a importância do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, por compreender a sua capacidade de politização dos sujeitos e encorajamento para a participação social e luta por uma outra sociabilidade.

Conforme aponta a Cáritas Diocesana de Caicó (2022), para exercitar o potencial educativo e transformador da Economia Solidária, o fórum supracitado dialoga com a educação popular, especialmente com a pedagogia de Paulo Freire. Concordando com Gadotti (2009, p.48):

A economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Empoderar não é “ter mais” poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, “ser mais”, como dizia Paulo Freire.

Como grande educador popular, Paulo Freire nos deixou grandes e importantes contribuições, que apresentam interface com o potencial educativo da Economia Solidária. Nesse sentido, cabe uma advertência, uma vez que, conforme pontua Freire (2018), não é toda e qualquer educação que se compromete com a transformação social e com a emancipação humana.

A Economia Solidária, para cumprir o seu papel pedagógico, precisa estar vinculada a uma educação libertadora, que objetive contribuir com o processo de conscientização dos sujeitos. Segundo Freire (2018, p. 72):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja de a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

A partir do exposto, compreende-se que a educação pode estar vinculada a uma ação transformadora e problematizadora, de descoberta do potencial coletivo dos sujeitos, inscritos no universo da classe trabalhadora, enquanto classe revolucionária.

Nessa perspectiva, a educação libertadora se associa diretamente ao reconhecimento dos sujeitos enquanto membros de uma classe social, bem como ao seu potencial de transformação e revolução.

Além disso, conforme defende o autor supracitado, a educação, para cumprir com seu potencial libertador, precisa ser desenvolvida com os sujeitos e não para os mesmos. Isso implica numa capacidade de ação dialógica, de caráter crítico, reflexivo e horizontal, o que requer a superação de uma educação baseada numa relação vertical, de transmissão e depósito de conteúdos. Concordando com Freire (2018, p.95-6):

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (...) Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem.

Nessa perspectiva é que situamos aqui as ações desenvolvidas através do Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, como um espaço em permanente construção, uma vez que as vozes, os anseios, as dificuldades e as possibilidades das participantes, organizadas em grupos/empreendimentos, devem ser ouvidas e compreendidas enquanto caminhos a serem trilhados.

É a construção compartilhada que guia todo o processo de defesa da Economia Solidária, enquanto alternativa de desenvolvimento pautada na luta por uma sociedade do Bem Viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui um pouco da experiência junto ao Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, sinalizando para o seu potencial organizativo e propositivo numa região que, assim como outras, apresenta dificuldades expressas principalmente pelo distanciamento do poder público e, conseqüentemente, fragilização das funções protetivas do Estado.

Apesar da derrota de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2022, constata-se o que a literatura crítica vem pontuando como a existência de uma “onda conservadora”, a qual invade o cenário político, social, econômico e cultural de nosso país.

Quando refletimos sobre tal realidade e realizamos um recorte regional, é possível identificar problemáticas expressas sobretudo pela naturalização das violações de direitos das mulheres, as quais são agravadas pela fragilidade das políticas públicas.

Além disso, é preciso realizar uma leitura da totalidade que envolve a conjuntura atual de nosso país e que é sentida localmente, a qual se refere ao esvaziamento dos sindicatos e dos movimentos sociais. Ao que parece, muitos/as perderam a esperança no potencial da participação social. Com isso, realizar atividades educativas, de caráter emancipador, é desafiador.

Assim, o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó apresenta-se como uma importante iniciativa que, ao desenvolver um trabalho de formação política e de base, contribui não apenas para que as participantes se organizem coletivamente e desenvolvam alguma atividade produtiva. O potencial do referido fórum reside justamente no seu caráter educativo, o qual, a partir da compreensão ampliada da educação, tomada em seu caráter transformador e dialógico, vem contribuindo para a conscientização dos sujeitos.

Acreditamos que o Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, no formato que são desenvolvidas as ações, contribui para a movimentação e transformação do território do Seridó pelas vias da participação e controle social. E mais que isso, contribui para a qualificação da participação das mulheres nos espaços, o que, diante de cultura patriarcal e machista, é algo vital, se realmente desejamos alcançar uma sociedade livre de explorações e violências.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA: uma Geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/MG. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16023/1/CulturaPoliticaGeografia.pdf>

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ (Brasil). **Projeto Protagonismo e Autonomia das Mulheres do Seridó Potiguar**. Caicó, 2022.

_____. Relatório de atividades. Caicó, 2023.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 138–154, 2015. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v18n1p138. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588> . Acesso em: 30 set. 2023.

CONTAG. **Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver**. Caderno 1. Brasília, 2023.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como praxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14.ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2014.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó Norte-Rio-Grandense: uma geografia da resistência**. Natal: EDUFRN, 2020. 597 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31476> Acesso em: 29 set. 2023

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 31.390**, de 12 de abril de 2022. Institui o Sistema de Informação e Cadastro da Economia Solidária do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

RODRIGUES, Lenadro Paiva. **Territórios Rurais e Desenvolvimento no Rio Grande do Norte: política e planejamento**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e pesquisa em Geografia. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SILVA, Roberto Marinho. Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Diálogo**: Canoas. N. 18. 2011.

SINGER, Paul. Economia Solidária: democracia e conflitos entre iguais. *Otra Economía*, [S. l.], Volume I, nº 1, 2007.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boa Ventura (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

SINGER, Paul. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como praxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004). Especialização no Programa Saúde da Família pela Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande/PB (2010) e Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2019). Possui experiência profissional em projetos sociais; assessoria e consultoria em Serviço Social; docência, coordenação de estágio; coordenação de graduação e pós graduação em Serviço Social na Faculdade Católica Santa Teresinha. Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN.

Recebido para publicação em 03 de outubro de 2023.

Aceito para publicação em 03 de julho de 2024.

Publicado em 23 de outubro de 2024.